

A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS ANTICOMUNISTAS PELA IMPRENSA BRASILEIRA NOS ANOS 50 ATRAVÉS DA SUA COBERTURA DA GUERRA DA CORÉIA (1950-1953)

Orivaldo Leme Biagi¹

RESUMO

O presente artigo procura mostrar a influência da Guerra da Coreia (1950-53) na vida política brasileira da primeira metade da década de 50 do século XX, mostrando o confronto, em particular dentro das forças armadas, entre os grupos nacionalista e liberal – com a imprensa brasileira apoiando o grupo liberal e construindo discursos anticomunistas para atacar o grupo nacionalista.

PALAVRAS-CHAVE

Guerra Fria; Guerra da Coreia; Política Brasileira; Imprensa Brasileira.

ABSTRACT

The present article aims to show the influence of the Korean War (1950-53) in the Brazilian political life during the first half of the 1950's, showing the conflict, particularly within the army, between the nationalist and liberal groups - with the great Brazilian press supporting the liberal group and making anti-communist speeches to attack the nationalist group.

KEY WORDS

Cold War; Korean War; Brazilian Politics; Brazilian Press.

¹ Mestre e Doutor em História pela UNICAMP, Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da FAAT (Faculdades Atibaia);

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende discutir como a imprensa brasileira construiu discursos anticomunistas através de um evento internacional no início da década de 50 do século XX, a Guerra da Coréia (1950-53). Esta guerra, a princípio, não deveria ter afetado a vida político-social brasileira, pois a Coréia não tem grandes relações culturais, econômicas ou políticas com o Brasil. Mas a guerra “invadiu” a vida brasileira. A Guerra Fria era um assunto “global” e quaisquer eventos relacionados a ela ganhavam grande impacto ao redor do mundo e, logicamente, também no Brasil. E a imprensa brasileira estava pronta para “trazer” ao Brasil tal impacto.

A Guerra da Coréia iria muito além dentro da realidade brasileira: provocaria uma cisão dentro das Forças Armadas brasileiras como poucos eventos conseguiram provocar, levando o país perto de uma guerra civil. Questões políticas brasileiras eram enquadradas dentro do maniqueísmo típico da Guerra Fria (democracia x comunismo) e o conflito coreano foi “usado” por vários grupos políticos numa guerra simbólica sem precedentes.

A imprensa brasileira também participou desta guerra simbólica produzindo, intensamente, vários discursos - quer de apoio às forças norte-americanas contra a “expansão” comunista ou quer de críticas à presença destas mesmas forças contra um problema interno coreano. Debatia-se, na verdade, o medo da expansão comunista no Brasil - e a intensa disputa política dentro do Clube Militar, tendo a Guerra da Coréia como elemento de discussão, quase levou o país a uma guerra civil.

Tais construções da imprensa serão discutidas neste artigo, assim dividido: o polêmico início dos conflitos na Coréia; o impacto inicial da guerra na imprensa e na política brasileira; e a crise dentro das forças armadas entre nacionalistas e entreguistas, crise esta intensamente debatida pela imprensa brasileira.

Guerra da Coréia - Origens

A Guerra da Coréia (1950-1953) foi um dos acontecimentos mais dramáticos do século XX. A pressuposta invasão da Coréia do Norte comunista contra a Coréia do Sul dita democrática aumentaria a tensão política mundial naquilo que ficou conhecido como Guerra Fria. (CUMINGS, 1997)

A estipulação do paralelo 38 graus Norte como linha divisória, inicialmente provisória, entre as duas Coréias foi uma imposição norte-americana, rapidamente aceita pelos soviéticos, que estavam localizados no norte do país. Um acordo entre as duas potências, para confirmar a divisa, foi assinado no dia 15 de agosto de 1945. Assim, tropas dos Estados Unidos ocupariam o Sul do país no mês seguinte e as duas regiões ocupadas receberam a rendição dos japoneses.

A divisão da região na altura do paralelo 38 não impediu, num primeiro momento, a livre circulação entre os habitantes das duas Coréias, o que demonstra que a divisão do país não existia na prática. Mas ela começou a se tornar mais efetiva à medida que cada lado desenvolvia políticas diferenciadas. A historiografia mais tradicional (especialmente a ocidental) tende a acusar os norte-coreanos de terem iniciado uma campanha de desestabilização no sul, mas, pouco depois do estabelecimento desses limites, as duas Coréias desencadearam inúmeras campanhas de propaganda, sabotagens e invasões fronteiriças, provocações estas que eram respondidas pelo lado atacado.

Em 1947, a recém formada ONU (Organização das Nações Unidas) enviou à Coréia uma comissão para reunificar o país e destituir os regimes de ocupação. Sob protestos dos soviéticos e dos comunistas do Norte, em 10 de maio de 1948 foram realizadas eleições, supervisionadas pela ONU, mas abrangendo apenas o Sul. Os consultores da ONU ficaram horrorizados com a falta de liberdade e da corrupção que caracterizaram estas eleições, que dariam a vitória para uma coalizão de direita liderada por Syng-

man Rhee, cujo governo iria caracterizar-se pela falta de liberdade política e corrupção. A ajuda enviada ao país pelos Estados Unidos era desviada para os altos escalões, deixando as forças armadas, além da própria população, em péssimas condições. A violência era constantemente utilizada pelas autoridades para manter a ordem. Além dos receios de uma invasão do Norte, o governo Rhee enfrentava vários movimentos guerrilheiros de oposição - não foram encontrados vestígios de que o Norte ajudava tais grupos.

Enquanto a Coréia do Sul enfrentava várias crises, a Coréia do Norte realizava reformas na sua estrutura econômica e social, como a nacionalização de empresas e uma ampla reforma agrária. Após eleições para a Assembléia Suprema do Povo, o líder guerrilheiro Kim Il Sung, tomou posse como primeiro-ministro pelo único partido na região norte do país, o Partido Operário Coreano.

Ante o impasse, pois tanto o sul quanto o norte queriam unificar o país, foi estabelecida, em 15 de agosto de 1948, a República da Coréia (Coréia do Sul), tendo como capital Seul e contando com a ajuda dos Estados Unidos. A União Soviética, por sua vez, repudiou essa atitude apoiando a recém formada República Democrática da Coréia (Coréia do Norte). A linha do paralelo 38, antes apenas uma linha divisória provisória, tornou-se a fronteira dos dois novos estados. Com essa divisão estabelecida, norte-americanos e soviéticos retiraram suas forças de ocupação.

Em junho de 1949, a Coréia do Sul tentou invadir a Coréia do Norte através da península de Ongjin, mas sua iniciativa foi frustrada pelas forças comunistas. Nesse momento, o governo do Norte não queria a guerra: cerca de 300 mil soldados coreanos estavam participando ativamente da guerra civil chinesa, soldados estes que estariam à disposição do governo comunista assim que o conflito chinês terminasse. Os norte-americanos ficaram apreensivos com a derrota das forças sul-coreanas em Ongjin, pois ficaram evidentes as limitações das forças armadas (e do regime) de Rhee. A corrupção e incompetência governamental do governo

sul-coreano irritaram profundamente a liderança política norte-americana.

A iniciativa para a reunificação da Coreia pelos norte-coreanos teve a “autorização” de Stalin. Kim Il Sung, antes de tomar qualquer providência, consultou Stalin que, inicialmente, adotou uma atitude cautelosa diante da proposta de guerra, mas não a rejeitou totalmente. Depois da visita de Kim Il Sung a Moscou entre os meses de março e abril de 1950, Stalin incentivou o ataque das tropas norte-coreanas na Coreia do Sul. Stalin, além de acreditar que os Estados Unidos não iriam intervir num país tão pequeno, pensava que tal ataque seria mais relacionado à lógica geopolítica chinesa do que soviética, aumentando ainda mais as hostilidades entre a China e os Estados Unidos.

Mas os norte-coreanos não foram os únicos a consultar suas “bases”: Rhee também consultou o governo dos Estados Unidos, desejando o apoio destes para reunificar o país. Ao contrário dos soviéticos, os norte-americanos não confiavam no regime de Rhee ou na possibilidade de uma vitória militar da Coreia do Sul sobre a Coreia do Norte, e negaram seu apoio a um eventual ataque. Mas o governo de Harry Truman prontificou-se a intervir imediatamente caso a Coreia do Norte realizasse um ataque. E o ataque aconteceu no dia 25 de junho de 1950, embora seja impossível precisar qual lado iniciou as hostilidades. Autoridades norte-coreanas afirmaram que foram os sul-coreanos, a partir da península de Ongjin. Os momentos iniciais da guerra foram confusos para os dois lados de um modo geral, mas a Coreia do Norte, reforçados com os 300 mil soldados que lutaram na China, tomaram a iniciativa e invadiram rapidamente a Coreia do Sul. Começava a chamada Guerra da Coreia e a intensificação da Guerra Fria.

O Brasil e a Guerra da Coreia

A imprensa brasileira noticiou rapidamente o início da guerra sem considerar os temas acima, ou seja, ela analisava a

guerra como uma invasão norte-coreana estimulada pela União Soviética, pois esta estava procurando expandir o comunismo pelo mundo.

O *Estado de S. Paulo*, ainda no dia 25 de junho, publicou a seguinte manchete: “*Declarada a Guerra Entre as Duas Coréias*”. E, logo nesse início de cobertura, o jornal deixava evidente a sua posição em relação ao conflito, como podemos verificar nos títulos das manchetes menores: “*Tropas do governo títere da Coréia setentrional cruzam o 38.o paralelo e ocupam a cidade de Kaesong, na parte meridional da península - Novo desafio do imperialismo soviético.*” (grifos meus) (25/06/1950: 1)

A *Tribuna da Imprensa*, no dia 26 de junho, na seção “Um Dia no Mundo”, coordenada pelo jornalista Paulo de Castro, demonstraria o seu posicionamento anticomunista:

“*Mais uma campanha pró-paz dos comunistas a agressão da Rússia à Coréia do Sul - Servindo-se como sempre de elementos locais, a Rússia invadiu a Coréia do Sul. Esta é a questão, o resto, apenas a maneira de fazer, o método, para obter os mesmo resultados sem o risco de se comprometer diretamente e em caso de necessidade podendo recuar sem perda de prestígio. (...) Importa por em destaque o cinismo das campanhas “pró-paz” da Rússia com o desencadeamento desta guerra que pode degenerar num conflito mundial. “Pró-paz”? Não. Pró-domínio mundial, pela Paz ou pela guerra.*” (26/061950: 3)

Nesse mesmo dia, O *Estado de S. Paulo* reafirmou sua posição crítica em relação ao conflito coreano e, principalmente, quanto à União Soviética na manchete “*A União Soviética Endossa a Agressão contra a Coréia do Sul*”, destacando o apoio soviético ao ataque norte-coreano. Já nas manchetes menores, o jornal apresentou o desenvolvimento da guerra (“*Entram as Forças Comunistas na Capital da Coréia do Sul*”) e a reação da ONU (“*O Conselho de Segurança Ordena a Cessação das Hostilidades*”). Para situar melhor o leitor, o jornal utilizou-se de uma fotografia de

arquivo, com o presidente da Coréia do Sul, Sygham Rhee, junto com o general norte-americano Douglas MacArthur, referente à visita do primeiro ao Japão pouco tempo antes do início das hostilidades entre as duas Coréias. (26/06/50: 1)

O *Correio da Manhã* também noticiou o início da guerra. E, num editorial publicado na primeira página, destacou:

“Para muitos, os primeiros tiros da nova guerra mundial estão ecoando sobre o paralelo 38, entre o mar Amarelo e o mar do Japão, na linha divisória entre a Coréia do Norte e a Coréia do Sul. Não parece verossímil que assim seja. As notícias telegráficas que em tumultuoso aguaceiro desabam dos quatro pontos cardeais, têm certo nervosismo ofegante com que se formam, no caminho da realidade, antes nuvens de poeiradas palpiteiras do que bases serenas de apreciações.”

E, encerrando o editorial, o articulista criticou furiosamente a União Soviética:

“A Rússia agirá às escuras, reversamente, na penumbra dos bastidores. O problema, para os Estados Unidos, para que a seu lado encontram a consciência democrática universal, consiste precisamente no oposto – falar claro e agir às claras.” (27/06/50: 1)

O tom crítico das notícias em relação à União Soviética era bem típico do momento. Ainda em 1947, o governo Dutra inseriu o país dentro da dinâmica da Guerra Fria, ao lado dos Estados Unidos, quando mandou cassar o registro do PCB, partido que havia sido legalizado na reforma política de 1945, provocando, em consequência disso, o rompimento das relações do Brasil com a União Soviética. E, para demonstrar que o país se engajava ao lado dos Estados Unidos, o governo assinou o Tratado de Assistência Recíproca na Conferência Internacional para a Manutenção da Paz e Segurança do Continente, realizado em Petrópolis, inclusive com a presença do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman. Além da estipulação do tratado militar, instituiu-se a Comissão

Mista Brasil-Estados Unidos, para assistência social e econômica entre os dois países.

Mas foi mesmo a cassação do registro legal do PCB o grande marco da entrada do Brasil na Guerra Fria. O partido concorreu nas eleições de 1945 obtendo resultados bastante expressivos. Mas, como a constituição de 1946 proibia que partidos “antidemocráticos” participassem abertamente na política, o PCB foi enquadrado dentro desse dispositivo constitucional. A ascensão do PCB dentro das normas democráticas era contundente e a presença política que ele poderia exercer dentro da máquina estatal era muito preocupante para as forças políticas conservadoras do país. Nesse sentido, sua cassação impediu a maior presença dos comunistas nos debates nacionais, pelo menos dentro dos mecanismos institucionais oficiais. E, com a entrada definitiva do Brasil dentro da dinâmica da Guerra Fria, qualquer atitude de repressão contra forças comunistas estava justificada.

As discussões acima demonstram que o início da Guerra da Coreia foi um momento de muita tensão e de inúmeras dúvidas para o governo de Eurico Dutra. (LACERDA, 1978: 86) Poucos dias depois da invasão norte-coreana à Coreia do Sul, todas as guarnições brasileiras ficaram de prontidão, esperando que o conflito coreano pudesse ser o início de uma Terceira Guerra Mundial. Passada essa impressão inicial, o governo Dutra concluiu que o conflito estava apenas restrito ao território das duas Coreias.

O *Estado de S. Paulo* celebrou positivamente a reação ocidental contra a invasão norte-coreana com a manchete “*Intervenção Armada Norte-Americana na Coreia*”, publicada no dia 28 de junho. A manchete menor reafirmou essa celebração: “A ONU Impõe Sanções Militares na Coreia.” (28/06/50: 1) O editorial desta edição defendia a idéia de que os Estados Unidos são conscientes do seu papel de “guardiães da democracia”, mas que não poderiam ficar sozinhos nesta luta. A participação brasileira, tornava-se, portanto, necessária, pois “*entre esses defensores da liberdade, mas já na primeira linha, formaremos nós, o Brasil.*” (28/06/50: 1)

O jornal, que sempre defendeu a criação de uma força latino-americana liderada pelo Brasil contra comunismo, reafirmou esse propósito exigindo a participação direta do Brasil no conflito coreano. Era uma das primeiras vezes que a idéia da participação militar do Brasil na Coréia foi defendida publicamente, como podemos perceber através do encerramento do editorial:

*“Seja qual for a sorte dos Estados Unidos na decisiva arrancada que iniciaram, com eles estará o Brasil. E, na hora grave que vivemos, a sorte só poderá pronunciar-se em dois sentidos: ou a coragem de Washington mostra-se capaz de frustrar a agressão comunista, ou será preciso reprimi-la por outros meios. Mas, dessa vitória, venha ela da autoridade moral ou seja determinada pelo valor demonstrada na luta, **temos e reclamamos o direito de participar.**”* (grifos meus) (28/06/50: 3)

O “esforço mundial” contra a agressão comunista na Coréia logo viria cobrar a parte brasileira: o país seria consultado sobre suas possibilidades de fornecer auxílio para os esforços de guerra da ONU. *O Estado de S. Paulo*, na manchete do dia 30 de junho, destacou o posicionamento brasileiro: “*O Brasil Apoia a Resolução do Conselho de Segurança da ONU*”, sendo que o “*Governo brasileiro cumprirá na medida de suas possibilidades o disposto no art. 49 da Carta de São Francisco, diz um comunicado do Itamarati.*” (30/06/50: 1)

No dia 2 de julho, o *Correio da Manhã* também destacou o posicionamento brasileiro na notícia “*Cooperação Mais Ativa dos Estados Unidos com o Brasil*”, onde “*o sr. Raul Fernandes salientou que o Brasil, em tão angustiada conjuntura, cumprirá, na medida dos seus meios, os compromissos que aceitou ao assinar a Carta de São Francisco.*” (02/07/50: 2)

O que significava exatamente “na medida dos seus meios”? No decorrer da guerra iria significar café e medicamentos, além de votos favoráveis do Brasil para os Estados Unidos na ONU, mas nada que pudesse significar o envio de soldados brasileiros

ao conflito asiático, o que era, essencialmente, a principal exigência norte-americana, pois os Estados Unidos queriam criar uma Legião Interamericana para combater na Coréia.

Enquanto as lutas na Coréia do Sul concentravam-se em Pusan, o pedido da ONU para que o Brasil especificasse que auxílio pretendia dar aos esforços de guerra foi publicado pela *Folha da Manhã* em 18 de julho de 1950: “*Chega ao Itamarati a Consulta da ONU*”. O general norte-americano Omar Bradley havia sugerido que o país enviasse uma força de vinte mil homens. O ministro de relações exteriores, Raul Fernandes, respondeu à imprensa: “*Só posso dizer que o governo vai considerar o assunto.*” (18/07/50: 1)

pedido da ONU repercutiu na Câmara Federal, com senadores e deputados esquivando-se de uma resposta imediata, mas a recusa de enviar tropas brasileiras para a Coréia parecia inevitável. O senador paraibano José Américo declarou-se contra o envio de tropas, pois o país não estava em condições econômicas para tal ação. O líder da UDN, Ferreira de Sousa, foi mais direto ainda, como publicou a *Folha da Manhã*:

“Estão as nossas forças armadas devidamente aparelhadas para atender à solicitação da ONU? Dispomos de recursos financeiros para transportar e sustentar no Extremo Oriente um corpo expedicionário de vinte mil homens? Nossos compromissos internacionais nos obrigam a esse sacrifício?” (18/07/50: 1)

Todas essas perguntas foram respondidas pelo senador com um categórico “não”.

Mesmo assim, a imprensa cobrava um posicionamento brasileiro, pois a iniciativa de uma força mundial estava na ordem do dia, como podemos perceber na *Folha da Manhã*:

“O apelo dirigido aos países-membros da ONU, inclusive o Brasil, que se puseram ao lado das Nações Unidas contra a agressão comunista na Coréia, representa um brado de alerta ao mundo democrático. As manobras expansionistas da União Soviética, que

tenta converter pela dominação política e territorial todas as nações do globo à ideologia vermelha, acabam de ser desmascaradas em face do golpe armado da Coreia, que faz prever ofensivas em maior escala através da Ásia e na própria Europa Ocidental.” (18/07/50: 1)

As negociações para a contribuição brasileira na guerra da Coreia começaram em agosto, com reuniões realizadas no Rio de Janeiro e Washington, entre os representantes diplomáticos dos dois países. A presença do Brasil na guerra estava sendo cada vez mais cobrada pela imprensa. A entrada da China no conflito em outubro e o quase início da Terceira Guerra Mundial obrigavam o país a tomar providências mais sérias, defendiam os jornais.

Mas nem todos concordavam com o envio de forças para a Coreia. Luís Carlos Prestes, o presidente do clandestino PCB, lançaria o “Manifesto de Agosto de 1950”, em primeiro de agosto (o mesmo seria publicado pela *Tribuna Popular* no dia 6), documento este que era um ataque direto contra o governo Dutra e, principalmente, contra as possibilidades do país entrar na guerra. Prestes ressaltou que “*é a guerra que nos bate às portas e ameaça a vida de nossos filhos e o futuro da nação.*” (IMPrensa POPULAR, 01/08/50: 1) Sobre a Guerra da Coreia especificamente, Prestes afirmou:

“Na Coreia, os aviões norte-americanos já trucidam as mulheres e crianças e bombardeiam povoações pacíficas. É que, premidos pela crise econômica em que se debatem, querem precipitar o desencadeamento da guerra mundial, já proclamam cinicamente suas bárbaras intenções e ameaçam matar com suas bombas atômicas a mulheres e crianças, a jovens e velhos, indistintamente, para impor ao mundo sua dominação escravizadora.” (IMPrensa POPULAR, 01/08/50: 1)

Prestes ressaltou o caráter imperialista da iniciativa dos Estados Unidos ao tentar envolver o Brasil no conflito:

“E é por meio do terror fascista, procurando criar um clima de guerra civil, que o governo de traição nacional de Dutra quer levar o país à guerra e fazer nossa juventude carne de canhão para as aventuras bestiais de Truman. (...) Lutemos pela paz contra qualquer participação na criminoso intervenção guerreira de Truman na Coréia e na China. Nada, mas absolutamente nada para a guerra imperialista! Nenhum soldado do Brasil para ajudar a agressão americana à Coréia. A luta dos povos asiáticos contra o imperialismo é parte integrante de nossa própria luta de independência do Brasil do jugo imperialista. Que os norte-americanos saiam imediatamente da Coréia!” (IMPrensa POPULAR, 01/08/50: 6)

Os debates dentro do Brasil sobre a participação ou não de tropas brasileiras na Guerra da Coréia provocariam as maiores crises da política brasileira na primeira metade dos anos 50. Mas estes debates escondiam outros temas mais intensos.

Nacionalistas x Liberais: O Confronto no Clube Militar

Durante o primeiro governo Vargas, em particular durante o período do Estado Novo, muitas questões sobre o desenvolvimento econômico do país foram sendo discutidas entre os grupos econômicos e políticos, apesar da ditadura. A questão do desenvolvimento econômico dividiu o debate entre grupos que defendiam a vocação agrícola brasileira e aqueles que defendiam uma política de vigorosa expansão industrial. Os pontos centrais dessa discussão versavam sobre o controle e utilização dos recursos energéticos brasileiros, em particular o petróleo e os minérios atômicos. Era necessário o capital estrangeiro para explorar esses recursos ou seria preciso apenas o controle nacional, sob forma de intervenção estatal e de uma política de proteção ao capital nacional? Tais discussões criaram dois grupos. O primeiro grupo seria chamado de **liberal** ou **antinacionalista** (ou “**entreguista**”, pejorativamente). O segundo seria chamado de **nacionalista** (ou “**populista**” ou “**queremista**”, esses dois últimos pejorativamente). (IANNI, 1978: 53-4)

Tais debates não ocorreriam apenas dentro do âmbito civil, mas também, e principalmente, dentro do âmbito militar. (PEIXOTO, s/d: 89) Duas correntes também seriam formadas dentro das Forças Armadas: uma nacionalista, que lutava contra o capital estrangeiro e da subordinação do Brasil aos Estados Unidos; e a outra liberal, a favor do capital estrangeiro e a favor da subordinação do Brasil aos Estados Unidos. Podemos ainda identificar uma terceira corrente dentro das Forças Armadas, que estava ligada aos nacionalistas: **os nacionalistas radicais**, grupo este que levaria os ideais nacionalistas ao extremo e que iria provocar as mais intensas polêmicas dentro do Clube Militar, como veremos a seguir. (SODRÉ, 1965: 316)

Mas existiam diferenças relevantes das discussões realizadas entre os civis e os militares: dentro das Forças Armadas havia um consenso entre os grupos de que o país apenas poderia ser uma potência econômica (e, conseqüentemente, uma potência militar) caso o país fosse desenvolvido industrialmente. Assim, a instituição militar defendia, essencialmente, uma política de desenvolvimento industrial. A discordância entre os grupos dentro das Forças Armadas estava quanto aos meios de alcançar esse desenvolvimento industrial: os nacionalistas defendiam o modelo do Estado Novo enquanto que os liberais defendiam a participação do capital estrangeiro.

Os nacionalistas recebiam apoio intelectual, principalmente sobre a questão do petróleo, do CEDP (Centro de Estudos e Defesa do Petróleo), instituição criada em 1948, que visava dar apoio para as correntes nacionalistas pela estatização do uso e exploração do petróleo no Brasil. A UNE participava desse centro, junto com nacionalistas históricos, como o general Horta Barbosa e o ex-presidente Arthur Bernardes, além do PCB que, depois de ter sido posto na ilegalidade, começou a apoiar os grupos nacionalistas, de acordo com a orientação soviética. Já os liberais tinham como grupos de apoio, tanto intelectual quanto operacional, os veteranos da FEB (Força Expedicionária Brasileira). Os oficiais

que participaram da FEB tiveram contato com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial e se admiraram com os avanços que o capitalismo poderia realizar. Seu engajamento ao lado dos norte-americanos, principalmente em questões envolvendo política internacional (eram, quase todos, ferrenhos anticomunistas) e economia era total e irrestrito. Os oficiais da FEB queriam a participação do capital norte-americano na economia brasileira, acreditando que era a única maneira do país realmente atingir o seu desenvolvimento econômico, o que os colocava diretamente contra qualquer política nacionalista ou que restringisse a presença do capital estrangeiro.

Os nacionalistas e os liberais iriam se confrontar no Clube Militar, tendo a Guerra da Coreia como ponto de discórdia.

O Clube Militar era uma instituição recreativa das Forças Armadas, mas ganharia grande importância política nos debates nacionais, pois era o único canal onde era possível avaliar o que se passava politicamente dentro das Forças Armadas. Como era uma associação legal e reconhecida pelo Ministério da Guerra, o clube podia organizar debates, desde que fosse respeitada a disciplina - as opiniões políticas não poderiam ocorrer fora da instituição, mas a hierarquia não poderia impedir discussões que ocorressem dentro de uma tribuna que fazia parte da instituição. Nesses debates era possível aos oficiais expressarem-se livremente, ou seja, o peso da hierarquia era menor. Como as atividades do clube eram do domínio público, suas discussões, principalmente na época das eleições da sua presidência, ganhavam grande relevo nacional, além da intensa cobertura da imprensa.

Entre 1946 e 1950 o debate dentro do Clube Militar limitava-se a questões específicas, como a exploração do petróleo e de minérios atômicos, além das discussões sobre os caminhos da indústria nacional. Mas, com a vitória de Vargas, o eixo foi alterado pelos liberais, iniciando-se o processo de isolamento dos nacionalistas. A estratégia que seria utilizada pelos liberais consistia na

construção de discursos acusando os nacionalistas de serem ou estarem infiltrados por comunistas.

O início da Guerra da Coréia acirrou a divisão ideológica dentro das Forças Armadas. No Clube Militar o debate sobre a guerra foi intenso e caloroso. Em agosto de 1950, a *Revista do Clube Militar* publicou um artigo intitulado “Considerações sobre a Guerra da Coréia”, onde seu autor (e também diretor da revista), o capitão Humberto Freire de Andrade, criticou a presença norte-americana na Coréia, atacando o regime ditatorial sulista e elogiando a política de Reforma Agrária e as políticas de caráter social praticadas pelo governo comunista da Coréia do Norte. O artigo não defendia ou pregava explicitamente o comunismo: ele reafirmava o direito do povo coreano de lutar pela sua unidade, algo que os Estados Unidos, e não a União Soviética estariam impedindo. Não era uma guerra de invasão, argumentou o capitão, mas sim uma guerra civil onde o povo coreano deveria decidir os seus rumos. O grande invasor, portanto, não era a Coréia do Norte, mas sim os Estados Unidos.

O artigo posicionava-se contrário à participação militar brasileira na Coréia, pois

“às exigências do interesse nacional, aos sentimentos de nossa gente, à tradição bem brasileira de respeito à soberania das nações e de não interferência em assuntos internos de outros povos, à letra e ao espírito de nossas Constituições de 1891, de 1934 e de 1946, infensas a toda ação militar que não seja em defesa de nosso território, e, em consequência, à própria missão de nossas Forças Armadas: assegurar a integridade do nosso solo, zelar pela criação dos meios e das condições necessárias à efetiva defesa nacional e à efetiva soberania da Pátria, garantir o respeito aos direitos e garantias democráticas consignadas em lei.” (agosto/1950, número 107: 12)

O capitão terminou seu artigo alertando os militares brasileiros sobre a possibilidade de ocorrer uma invasão estrangeira no Brasil, referindo-se diretamente sobre a influência “nefasta” que os

norte-americanos estavam exercendo no país, e dos riscos dessa influência provocar uma guerra civil, exatamente igual àquela que estava sendo travada na Coréia. O capitão encerra o artigo pregando o nacionalismo:

“E aqui, é mister definir o dever que nos cabe, a nós militares, enquanto cidadãos brasileiros; é de pensar e dar opiniões acerca dos problemas que interessam à vida, à independência e ao futuro de nosso povo, todos intimamente ligados à questão da defesa nacional e às condições essenciais para que seja cumprida nossa missão como soldados.” (agosto/1950, número 107: 12)

A Guerra da Coréia vista não como uma agressão comunista, mas sim como uma guerra civil... críticas quanto à presença norte-americana na região... posição contrária ao envio de forças brasileiras na guerra... a influência do PCB era explícita no artigo e na corrente nacionalista radical.

A resposta para o artigo foi rápida: o Ministro da Guerra do governo Dutra, general Canrobert Pereira da Costa, puniu a direção do Clube Militar, afastando praticamente todos os oficiais que dela participavam, transferindo-os para os mais distantes locais do Rio de Janeiro, cidade sede do clube. Os liberais organizaram manifestações contra a orientação da revista e da diretoria, chegando a fazer um manifesto, reunindo quase 600 assinaturas, criticando a política da diretoria do clube, vista como tendenciosa, e que ela não refletia a opinião de todos os sócios. Outros sócios, proferindo suas opiniões individuais, começaram a se manifestar contra o artigo e a revista. (SODRÉ, 1965: 320)

A imprensa participava ativamente da construção desses discursos acusando os nacionalistas de comunistas. Entre várias manchetes da seção “Momento Político” publicadas pelo *O Estado de S. Paulo*, no dia 2 de dezembro de 1950, uma chamou a atenção: *“Manobras dos “Populistas” Visando Promover Agitações no País em Face do Conflito Coreano”*, apresentando também um outro pequeno destaque - *“Os “Populistas” Pretendem Agitar a Opinião*

Nacional com os Acontecimentos da Coréia”. O senador do Espírito Santo Atílio Vivacqua, ligado aos nacionalistas, apresentou um requerimento no Senado sobre as resoluções e recomendações do Conselho de Segurança da ONU em relação ao conflito na Coréia, sugerindo a necessidade dos problemas serem debatidos no “*plenário da consciência nacional*”.

A condenação do jornal a tal pedido foi direta:

“É evidente o intuito do senador espírito-santense de fazer agitação política em torno do assunto, provocando debate público sobre fatos consumados, isto é, sobre compromissos assumidos pelo nosso governo, pela Nação, junto à ONU. Assim, num momento grave para os destinos da nossa civilização, os agentes “populistas” iniciam uma ação desagregadora, quando o país reclama a colaboração de todos na defesa dos ideais democráticos que sempre foram a apátnia das nossas instituições políticas.” (02/12/50: 3)

No editorial do dia 5 de dezembro de 1950, também na seção “Momento Político”, com o título “O ‘Queremismo’ Descobre a ‘Desordem’”, *O Estado de S. Paulo* continuava criticando os “populistas”. O deputado Danton Coelho pediu ordem e união nacional por causa do momento crítico que estava passando o mundo. O editorial, respondendo ao apelo do deputado, argumentou que Getúlio Vargas, o ex-ditador, e o general Estillac Leal, líder dos “populistas”, eram os reais causadores da tal “desordem”:

“postado na presidência do Clube Militar, o general Estillac Leal não tardou a fazer daquela associação de classe um órgão eminentemente político, lançando a semente do desentendimento na agremiação e conseqüentemente no seio do Exército.” (05/12/50: 3)

O *Correio da Manhã* também mostrou sua insatisfação com o que ocorria no Clube Militar e, no dia 16 de dezembro, um editorial comentou criticamente o artigo sobre a Guerra da Coréia – e o próprio Clube Militar – encontrando na instituição espaços para a propagação do comunismo:

*“As atividades do Clube preocupam-nos na medida em que afetam a ordem, a segurança e os compromissos da nação brasileira. Não temos intenção alguma de dividir as Forças Armadas: a agitação e o divisionismo são provocados pelos que querem **transformar o Clube em uma ilha soviética.**”* (grifos meus) (16/12/50: 12)

Um editorial da *Folha da Manhã*, de 20 de dezembro de 1950, resumiria esse posicionamento contrário ao dos nacionalistas radicais. Comentando sobre a realização de uma assembléia geral no Clube Militar para discutir a orientação da revista, o editorial afirmou que:

“É evidente que a medida da diretoria do Clube, suspendendo a publicação da Revista, não passou de um recurso para ganhar tempo e impedir que o mal se tornasse ainda maior. Sabe-se, com efeito, que a edição já impressa, quando foi suspenso o periódico, veicularia novos artigos e comentários de tendência russófila (sic), encerrando inconcebíveis ataques aos países ocidentais, nossos aliados.” (20/12/50: 4)

A polêmica sobre a participação militar do Brasil na Guerra da Coreia ganhou as ruas. No carnaval carioca de 1951, muitos muros da cidade do Rio de Janeiro foram pichados com as seguintes palavras: *“Nenhum soldado para a Coreia!”*

Quem pichou essas palavras? Provavelmente foram membros do partido comunista. Na *Imprensa Popular* de 25 de março de 1952, ou seja, mais de um ano depois das pichações, foi publicada uma matéria, de título *“O Partido Comunista é o Partido da Paz”*, reforçando o posicionamento do partido pela paz mundial:

“Os forjadores da guerra lançam diariamente contra o movimento dos povos em defesa da paz uma torrente de mentiras. Visam, com isto, confundir, enganar as grandes massas populares, para depois jogá-las na fogueira de uma nova carnificina. Uma dessas mentiras é a de que o Movimento pela Paz é um movimento comunista. É fácil de se compreender e de se desmascarar esse palavreado cínico com que pretendem jogar areia nos olhos dos povos. Todos os pa-

triotas e democratas têm tido oportunidade de ver e ouvir, de sentir e analisar, à base dos fatos, o conteúdo amplo dessa extraordinária campanha de defesa da vida.” (25/03/52: 5)

O que chamava a atenção desta matéria não era o seu conteúdo escrito em si, mas o desenho que ilustrava a matéria: várias mulheres carregando cartazes com a palavra “Paz”, sendo que o cartaz da primeira delas trazia as seguintes palavras: “*Os Soldados Nossos Filhos não Irão para a Coréia*”, lema semelhante ao pichado nas paredes durante o carnaval de 1951.

Como podemos perceber, uma “guerra simbólica” estava ocorrendo na vida política brasileira tendo a Guerra da Coréia como motivação. E a posse de Getúlio Vargas na presidência iria aumentar a intensidade desta “guerra”, pois sua política nacionalista receberia intensa pressão, tanto interna quanto externa, em particular dos Estados Unidos.

Getúlio Vargas e a Crise Militar

Vargas colocou os nacionalistas no controle da máquina militar, pois a política que pretendia aplicar no seu segundo governo era mais próxima dos ideais desse grupo. Críticas a Vargas e aos nacionalistas já eram comuns, mas foram acentuadas com a Guerra da Coréia. O *Correio da Manhã* de 26 de junho de 1950 (na época do início do conflito na Coréia) criticava Getúlio Vargas através da guerra, no editorial “Inimigos Internos”:

“Anda surda por aí uma campanha de descrédito contra os aliados naturais do Brasil no campo internacional, sobretudo contra os Estados Unidos. Essa campanha visa separar o Brasil da causa da civilização ocidental ameaçada pelo barbarismo totalitário russo. Essa campanha de pseudos nacionalismo é, como se sabe, alimentada pelos súditos moscovitas de nacionalidade brasileira e pelos agentes diretos ou indiretos da política de hegemonia continental afagada pelo novo Rosas da Casa Rosada. Toda essa gente se abriga, hoje, sob o estandarte da candidatura do sr. Getúlio Vargas. O ditador não se furta à tentação de vez por outra beber

também na fonte dessa envenenada demagogia hipernacionalista.” (26/06/50: 12)

Apesar dessa proximidade com os nacionalistas, Vargas tentaria não se descuidar dos liberais, tentando evitar um confronto entre as duas facções. Para todos os efeitos, Vargas precisaria do apoio dos militares para poder governar e qualquer grande oposição dentro desse segmento poderia ser fatal.

O líder da corrente nacionalista, o general Newton Estillac Leal, foi nomeado como o Ministro da Guerra. A administração de Estillac Leal começou tensa, pois ele logo foi confrontado com a situação do artigo sobre a Guerra da Coréia e pelas sanções aplicadas por seu antecessor. Estillac havia proposto anular as sanções, mas não teve êxito: Vargas ficou contra, pois tal atitude poderia piorar ainda mais os antagonismos entre os grupos dentro das Forças Armadas; e parte expressiva da hierarquia militar não aceitava sequer uma revisão das punições. Tal situação rachou a corrente nacionalista definitivamente: a revista manteve a defesa das posições dos nacionalistas radicais, que se afastariam dos nacionalistas que se encontravam na cúpula do governo e na administração federal. Os artigos radicais, por sua vez, dificultavam a atuação de Estillac como ministro, pois: 1º - como líder dos nacionalistas, não podia colocar-se contra os seus liderados; 2º - como Ministro da Guerra e comandante do Exército, não podia ficar indiferente às pressões que recebia para que punisse os nacionalistas radicais e impedisse a publicação dos artigos na revista. Atacado pelos dois lados, Estillac começou a perder sua autoridade.

Em junho de 1951, o governo Vargas recebeu novas consultas do governo norte-americano para que o Brasil participasse da guerra com tropas. Em 30 de junho, o Conselho de Segurança Nacional, reunido para discutir a questão, recusou o pedido norte-americano. As instruções de Getúlio Vargas para a missão de Góis Monteiro nos Estados Unidos sobre a questão, baseadas nas resoluções do Conselho de Segurança Nacional, deixou claro

a posição do Brasil em relação à Guerra da Coréia: mesmo sendo contra a “agressão” comunista na Coréia e a favor das decisões da ONU em relação ao conflito, o país ajudaria os esforços de guerra com “*auxílio material, na medida das suas possibilidades*”, mas não enviaria tropas.

O desapontamento dos liberais foi inevitável por causa de tal decisão. Logo, o governo Vargas também desapontaria os nacionalistas ao assinar um acordo militar com os Estados Unidos negociado pelo ministro de Relações Exteriores, João Neves da Fontoura. Os efeitos deste acordo atingiriam o Ministro da Guerra, pois, além de ser uma afronta aos seus ideais nacionalistas, ele, como representante das Forças Armadas perante a administração federal, deveria participar ativamente de iniciativas dessa natureza - e sua participação no acordo foi praticamente nula. Sua omissão minou o que restava da sua autoridade e sua situação como Ministro ficou ainda mais delicada. Logo, ele seria substituído pelo general Ciro do Espírito Santo. A *Folha da Manhã* comentou o ato de renúncia de Estillac:

“Assim, as reservas que se faziam à sua continuação no governo ligavam-se unicamente ao fato, infelizmente, de que elementos extremistas se prevaleciam das circunstâncias para levar o desassossego às fileiras do Exército e, por via de consequência, a toda a nação. Eliminar esse foco de inquietação era tarefa que não podia sofrer maiores delongas, sob pena de graves consequências para a vida nacional.” (27/03/52: 4)

Getúlio Vargas estava governando numa “gangorra” que, logo, iria inclinar-se para perigosamente para um lado só, pois, no final de 1951, ele anunciou duas medidas que colocariam os militares liberais definitivamente contra o seu governo: 1ª - o anúncio oficial de que o Brasil não enviaria tropas para a Coréia em circunstância alguma; 2ª - o anúncio de que o projeto que iria mudar a lei do petróleo (e que iria substituir o Estatuto do Petróleo, criando a Petrobrás) seria apresentado no início de 1952.

O projeto para a criação da Petrobrás enviado por Vargas ao Congresso não defendia o monopólio, mas sim uma empresa de capital misto onde o Estado seria majoritário. Curiosamente, foi a própria bancada da UDN, que até então combatia o monopólio, quem incluiu este item no projeto. Tal atitude da UDN deve ser encarada como uma posição estrategicamente política, pois pretendia deixar o governo Vargas em maiores dificuldades com a oposição dentro das Forças Armadas. Dentro dessa perspectiva, a alteração de posição feita pela UDN foi uma tática perfeita: a oposição dos liberais tornou-se ainda mais aguda. Depois do envio do projeto ao congresso, o Clube Militar faria um relatório sobre ele, com parecer bastante negativo. Era a primeira demonstração de que os liberais já estavam dominando as Forças Armadas.

O apogeu da crise aconteceu com as eleições de 1952 para a diretoria do Clube Militar. Do lado nacionalista, os candidatos eram os generais Estillac Leal e Horta Barbosa, que tentavam a reeleição, iniciativa que não foi bem aceita pela imprensa. Um editorial da *Folha da Manhã* do dia 9 de abril referiu-se à questão da revista do Clube Militar e dos problemas anteriormente causados:

“A revista do Clube, expressão autorizada do pensamento das classes militares, assumiu atitude de franca hostilidade à orientação de nosso governo no domínio da política exterior do país. Mais do que isso: validou com seu prestígio o teor da propaganda russa, nas referências feitas à guerra na Coréia e às responsabilidades que cabe ao Brasil na defesa dos princípios fundamentais da democracia. Tornou-se destarte um veículo de idéias quase subversivas, despertando natural reação dos militares plenamente identificados com a diretriz traçada oficialmente.” (09/04/52: 4)

E, no dia 17 de maio, o jornal posicionou-se diretamente contra Estillac:

“O que se tem dito com boa razão é que, à sombra das opiniões defendidas pelo ex-ministro da Guerra em matéria de política externa e econômica, floresceu pequeno mas ativo grupo de extremistas,

que aliás de tudo se prevalecem para fazer o conhecido trabalho de dissociação e intriga entre os democratas sinceros. É a esses elementos que se devem atribuir as insinuações, ostensivas ou veladas, que injustamente se têm feito contra os militares da Cruzada Democrática. Quando se intenta chamá-los de ‘entreguistas’, no melhor uso da técnica comunista, o que se quer é estabelecer entre eles e os seus leais adversários do outro grupo um choque irreparável e de imprevisíveis conseqüências para a nação.” (17/04/52: 4)

Do lado dos liberais candidataram-se os generais Alcides Etchegoyen e Néelson de Melo, que representavam a recém criada Cruzada Democrática, já citada no editorial da *Folha da Manhã*, que era formada por todos que se posicionavam contra os nacionalistas. Seu núcleo central era formado por veteranos da FEB e por setores superiores da alta hierarquia militar, que eram opositores a Vargas.

A Cruzada Democrática, no seu manifesto inicial, defendia a “*bandeira do nacionalismo sadio*” e que tinha como objetivo principal “*afastar do Clube Militar das influências totalitárias de direita ou de esquerda*”, redirecionando os caminhos.

A estratégia da Cruzada Democrática era de atribuir a si o papel de “nacionalista”, enquanto que procuraria atribuir aos nacionalistas o papel de subversivos. A imprensa ajudou a fazer com que essa estratégia fosse vencedora.

A outra estratégia foi utilizar de repressão pura e simplesmente: muitos membros das Forças Armadas foram ameaçados, presos e torturados. Em 25 de março, a *Folha da Manhã* destacou, no seu editorial, que

“Despertaram afinal as autoridades militares para conjurar perigo da infiltração comunista extremista nas fileiras do Exército. As primeiras diligências resultaram na prisão de numerosos sargentos, um dos quais, por incrível que pareça, era o motorista do próprio chefe do Estado-Maior das nossas Forças Armadas. Tal circunstância revela a audácia e fria determinação dos inimigos do regime,

que não hesitam ante qualquer artifício para alcançarem os seus objetivos.” (25/03/52: 4)

No dia 21 de maio de 1952, Etchegoyen e Néelson Melo conseguiram 8.288 votos contra 4.489 votos dados para Estillac e Barbosa. Na retrospectiva do ano de 1952, a revista *Manchete* destacou que

“Estillac Leal não teve muito fôlego par sustentar-se no Ministério, com sua obstinada política de tolerância, relativamente à infiltração comunista nas Forças Armadas. Estillac encampou as atividades do nacionalismo extremista do Clube Militar, do qual era presidente, e boicotou os expurgos dos elementos comunistas nas corporações militares, provocando a reação enérgica da maioria da oficialidade, organizada em ‘Cruzada Democrática’ para derrotá-lo no clube e no governo.” (27/12/52, número 36: 49)

A ampla vitória dos liberais produziu dois efeitos imediatos: 1º - o grupo nacionalista estava derrotado e seria afastado, no decorrer dos anos, de posições importantes dentro do Clube Militar, além de começar o processo de despolitização do Clube e da revista; 2º - Vargas perdia, assim, o apoio dentro das Forças Armadas.

Apesar da vitória da Cruzada Democrática, tropas brasileiras não seriam enviadas para a Coréia. E, com o fim da mesma em 1953, a pressão militar sobre o governo Vargas diminuiria - relativamente. Em 1954 Vargas iria cometer suicídio e a crise seria adiada - pelo menos até 1964.

Bibliografia

Jornais e Revistas:

- Correio da Manhã;
- Estado de São Paulo, O;
- Folha da Manhã;
- Imprensa Popular;

- Manchete;
- Revista do Clube Militar
- Tribuna da Imprensa;

Livros e Artigos:

- CUMINGS, Bruce. *Korea's Place in the Sun – a Modern History*. Nova Iorque, Londres: W.W. Norton & Company, 1997;
- IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978;
- LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978;
- PEIXOTO, Antônio Carlos. “O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas.” IN ROUQUIÉ, Alain (Coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s/D;
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.